

# A INFLUÊNCIA DO BANCO PALMAS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS SEUS PARTICIPANTES

Edson Kenji Kondo, Universidade Católica de Brasília  
Alberto S. Matsumoto, Universidade Católica de Brasília  
José Luiz Barros Fernandes, Universidade Católica de Brasília  
Sebastião Eustáquio Pereira, Universidade Católica de Brasília  
Glória de Abreu Lopes, bacharel do curso de Admin. da Univ. Católica de Brasília

## RESUMO

*Este estudo examina a influência do banco comunitário Banco Palmas na qualidade de vida dos seus participantes. O estudo realiza um levantamento de dados junto aos moradores da região comparando os dados dos clientes com os dos não-clientes. A análise dos dados indica que a distribuição de renda entre os clientes do Banco Palmas tende a ser mais igualitária do que entre os não-clientes residentes na mesma comunidade. Os clientes ainda possuem melhor moradia e infraestrutura, assim como demonstram um capital social mais elevado entre os mesmos. Os resultados indicam, assim, uma influência positiva do Banco Palmas na qualidade de vida dos seus participantes.*

Palavras-Chave: Banco Comunitário. Capital Social. Economia solidária. Microcrédito.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo examinar uma iniciativa que busca minorar os problemas vividos pelas comunidades pobres, cujos moradores geralmente enfrentam sérias dificuldades de inserção na economia formal e, por conseguinte, sofrem de baixa qualidade de vida.

De acordo com o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) “Para se atingir uma qualidade de vida desejada é necessário inventar novos modelos de desenvolvimento, onde haja necessariamente uma descentralização do poder de decisão para o nível local, junto à comunidade.” (1998, apud ROCHA et al., 2000, p. 65).

Assim, surge o banco comunitário como uma tentativa de melhorar a qualidade de vida e a autonomia em relação aos principais meios de produção, trazendo um novo modelo de desenvolvimento local.

### 1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Este estudo enfoca o caso do Banco Palmas, cuja sede se encontra no Conjunto Palmeiras, bairro pobre da periferia de Fortaleza, Ceará, e seu impacto nos moradores dessa comunidade.

### 1.3 HIPÓTESE

A pesquisa examinou a seguinte hipótese: O Banco Palmas não contribui na melhoria da qualidade de vida dos seus membros.

Conforme descrito em maiores detalhes na sessão sobre metodologia mais abaixo, esta hipótese será testada segundo as seguintes dimensões de cada família entrevistada: o desenvolvimento econômico; o capital social; e a infra-estrutura disponível.

Nos parágrafos seguintes, apresentamos uma discussão detalhada da história dos bancos comunitários, o caso específico do Banco Palmas, para então descrever a metodologia de pesquisa, a análise e conclusões.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. BANCOS COMUNITÁRIOS**

Segundo Gaiger (2004, p. 5):

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão o mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para ampliação incessante do valor investido na produção;

Ainda para Gaiger (2004, p. 5) o capitalismo, portanto “está fundado numa *relação social*, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições depositas em valor de sua capacidade de trabalho”.

Essa desigualdade determina a organização da sociedade em classes que mostram a disparidade do acesso aos meios de produção e conseqüentemente à renda, onde a classe mais pobre aparece sempre como menos provida deste tipo de acesso. Sobre essa classe afirma Melo (2004, p. 521):

A exclusão que efetivamente os vitima é aquela que primeiro perverte suas condições materiais de sobrevivência em relação a de outros grupos sociais, ou seja, é aquela que sucumbe seus direitos de vida e de cidadania em relação a esses grupos, e que acaba por enfatizar que a pobreza e a exclusão são essencialmente relações sociais entre indivíduos, e não o fruto de uma mera relação de posse entre os indivíduos e as coisas.

Essas pessoas vivem em condições de alto risco social, muitas sem acesso à infra-estrutura, saúde e educação. Há então a necessidade de auxiliar estas comunidades a recuperarem o direito que lhes é garantido pela Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Yunus e Jolis (2006, p. 221) reforçam essa preocupação ao citarem da Declaração Universal dos Direitos Humanos que:

[...] toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar sua saúde, seu bem-estar e o de sua família, sobretudo para a alimentação, o vestuário, a moradia, os cuidados médicos, assim como os serviços sociais necessários; tem direito à segurança em caso de desemprego, de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice ou nos outros casos de perda dos meios de subsistência em conseqüência de circunstâncias alheias à sua vontade.

Diante da ausência desse auxílio e das necessidades enfrentadas por estas comunidades surge a economia solidária que segundo o termo de referência elaborado pela secretaria Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2005 apud BERTUCCI, 2005, p. 721):

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito - organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.

De acordo com Singer (2001, p. 48) a economia solidária,

[...] é uma resposta a uma profunda crise social que a reestruturação produtiva, as novas tecnologias, a falta de crescimento econômico e a globalização acarretaram, marginalizando uma grande quantidade de trabalhadores, de pequenos empreendedores e de camponeses pelo país afora.

Esta resposta frutificou em uma gama de iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida desses grupos. Segundo Melo (2004, p. 521),

[...] as iniciativas de Economia Solidária são expressões de práticas sociais comuns aos grupos excluídos pela lógica do capital, os quais se organizam localmente, segundo suas condições materiais de subsistência, para lutar pelo desenvolvimento de sua qualidade de vida.

E foi por meio dessa organização e do aprimoramento do capital social, o qual Putnam (1993b apud ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 7) define como “traços da vida social - redes, normas e confiança - que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns”, que surgiram os bancos comunitários.

De acordo com Albagli; Maciel (2002, p. 11) o:

[...] capital social comunitário pode facilitar: o compartilhamento de normas pelo grupo e a sanção de indivíduos transgressores; o desenvolvimento da confiança entre os membros da comunidade; a resolução de conflitos por líderes ou por uma judicatura institucionalizada; a mobilização e gestão dos recursos comunitários; a cooperação coordenada e a geração de espaços e estruturas de trabalho em equipe.

Os bancos comunitários, frutos dessa cooperação coordenada, estão classificados como empreendimentos econômicos solidários (EES) que, segundo França Filho (2006.p. 9), representam as organizações de primeiro nível no campo da economia popular e solidária no Brasil e formam o núcleo fundamental de constituição deste campo. Ainda segundo França Filho (2006 pp. 10-11):

Trata-se das formas, por excelência, de auto-organização sócio-econômica. Neste âmbito podem-se alinhar diferentes experiências (podendo ser vistas como categorias de EES), permitindo distinguir variadas práticas de economia solidária. Por exemplo, as finanças solidárias envolvem experiências de bancos populares, cooperativas de crédito e mais recentemente ganha força a noção de bancos comunitários.

Assim é conceituado o Banco Palmas, um banco comunitário, que surgiu como produto da união dos moradores do Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza, capital do estado do Ceará, com cerca de 30 mil habitantes hoje, objeto de estudo desta pesquisa e projeto piloto no estado.

Os bancos comunitários funcionam como instrumento de potencialização do crescimento dessas regiões por meio do microcrédito, de ações de vinculação da oferta com a demanda local e de ações sociais onde acontece a capacitação de pessoas em situação de risco social. Percebe-se aí a particularidade deste tipo de iniciativa que trabalha em favor do bem-estar humano e social.

Para Melo Neto e Magalhães (2007, p. 18):

O Banco Palmas é um programa de desenvolvimento local que vai muito além do simples ato da concessão do microcrédito. Tem início com a capacitação e empoderamento dos moradores, despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável.

De acordo com França Filho (2006, p. 6),

[...] a criação das atividades (sócio-produtivas) ou a oferta de serviços, são construídas (ou constituídas) em função de demandas reais (genuínas) expressas pelos moradores em seu local. Tal economia estimula, então, no território um circuito integrado de relações sócio-econômicas envolvendo produtores e/ou prestadores de serviço em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços, numa lógica de rede de economia solidária.

## 2.2. BANCO PALMAS

O Banco Palmas surgiu no Conjunto Palmeiras em 1998. Suas origens, contudo, remontam a 1973, quando os primeiros trabalhadores começam a se aglutinar na localidade.

Segundo Toscano (2002, p. 155):

[...] o processo de assentamento do Conjunto Palmeiras... resultou do remanejamento de populações residentes em áreas de risco... e de favelas localizadas em áreas situadas no vetor de expansão urbana, portanto de grande potencial econômico e especulativo.

Segundo Melo Neto (2002, p. 141):

Em 1973 chegaram os primeiros habitantes. Os moradores foram construindo espontaneamente, seus barracos, dando origem a uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou outro serviço público.

Melo Neto descreve ainda em seu artigo que a partir de 1981, quando foi fundada a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras(ASMOCONP), a situação começou a mudar, pois através de mobilizações populares e parcerias iniciou-se o processo de melhoria da infra-estrutura local.

Ainda de acordo com Melo Neto (2002, p. 141):

Apesar dos avanços na infra-estrutura local, em 1997 foi realizada uma pesquisa pela Associação de Moradores e constatou-se que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro. Da sua população economicamente ativa, 90% tinham renda familiar abaixo de dois salários mínimos (US\$100), 80% estava desempregada, e os pequenos produtores não tinham como trabalhar devido à falta de acesso ao crédito e à ausência de uma estratégia de comercialização de seus produtos.

Assim eles se depararam com uma complexa questão “Como gerar renda em uma comunidade com elevado nível de pobreza?” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2007, p. C-16).

Observaram que dentro do conjunto Palmeiras existiam pessoas com várias habilidades para confecção de roupas, artesanato, alimentação, entre outros. Constataram então que a grande maioria daquelas pessoas não conseguia ter renda, nem montar seu próprio negócio porque tinham seus nomes “sujos”, no SPC - Serviço de Proteção ao Crédito, e não tinham como comprovar renda, pré-requisitos para ter acesso ao crédito no mercado. Além

disso, os produtores já presentes no bairro não conseguiam comercializar seus produtos porque os moradores faziam suas compras fora do bairro (MELO NETO; MAGALHÃES, 2007, p. D-16). Ainda segundo estes autores:

Em uma das reuniões com os moradores, em agosto de 1997, foi descoberta a engenharia econômica que buscávamos. Como sempre na vida emergem das necessidades as grandes estratégias de sobrevivência [...] ‘Nós poderíamos fazer assim... que nem tem por aí...a gente podia ter o nosso cartão aqui e a gente comprar aqui mesmo...’, falou uma moradora.

No início de 1998 a Associação de moradores criou o Banco Palmas com o objetivo de fornecer microcrédito para produção e consumo local. A iniciativa só foi possível devido a parcerias formadas com ONGs, como a Cearah Periferia que emprestou os primeiros R\$2.000,00 (dois mil reais) para a fundação do banco. O Banco Palmas é um banco comunitário gerido pela comunidade local que hoje dissemina sua metodologia de trabalho para inúmeros outros bancos comunitários em todo o Brasil.

O Banco Palmas trabalha com algumas linhas de ação comuns a outras iniciativas que visam o desenvolvimento sócio-econômico e a melhoria da qualidade de vida de populações carentes, são elas: o microcrédito, a moeda social, apoio à mulher e o estímulo ao capital social.

### 2.2.1 O MICROCRÉDITO E A MOEDA SOCIAL

Um dos principais instrumentos do Banco Palmas é o “Sistema Integrado de Microcréditos” que de acordo com Melo Neto; Magalhães (2007, p. 34): É um sistema financeiro solidário, adaptado à realidade da comunidade, que atua de forma integrada nos quatro pontos da cadeia produtiva, quais sejam: capital solidário, produção sustentável, consumo ético, comércio justo.”

O microcrédito é utilizado como agente de desenvolvimento por várias iniciativas da economia solidária onde se pode citar as cooperativas de crédito como exemplo mais comum. Como é o caso do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária.

“O banco Palmas adota uma política de créditos evolutivos com juros evolutivos, para facilitar a distribuição de renda no bairro.” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2007, p. 37).

Para ter acesso ao crédito ofertado pelo Banco Palmas é preciso ser morador do Conjunto Palmeiras e sócio da Associação de Moradores, ser reconhecido pelos vizinhos como pessoa responsável (a garantia sobre a credibilidade da pessoa é dada pelos vizinhos), e assinar um contrato social com o banco aceitando as regras de convivência e se comprometendo em, sempre que possível, comprar e vender no bairro. O sistema financeiro do banco atua utilizando além do Real, moeda oficial brasileira, o Palmas, uma moeda social criada pelo banco para estímulo do comércio interno. O Palmas funciona como um complemento da moeda nacional, e circula somente dentro do bairro, possui lastro em Reais e os empréstimos oferecidos aos clientes podem variar entre as duas moedas de acordo com o perfil de cada um. Pode-se observar como exemplo semelhante a REDLASES (Rede Latinoamericana de Socioeconomia Solidária) que também faz uso de moeda social na busca da melhoria do desenvolvimento econômico-social em vários países da América Latina.

### 2.2.2 O APOIO À MULHER

Algumas iniciativas trabalham o desenvolvimento local através das mulheres como é o caso do banco Grameen de Bangladesh fundado por Muhammad Yunus.

Yunus; Jolis (2006, p.117) justificam sua predileção em conceder empréstimos às mulheres:

Na prática nós constatamos que as mulheres que vivem na miséria se adaptam melhor e mais rapidamente que os homens ao processo de auto-assistência. Elas são também mais aplicadas, procuram garantir o futuro e revelam uma constância maior no trabalho. O dinheiro quando utilizado por uma mulher numa família, beneficia mais o conjunto dos membros do que quando é utilizado por um homem.

Apesar de o Banco Palmas não trabalhar com distinção de gênero pode-se observar seu apoio às mulheres através da Incubadora Feminina que é um projeto que visa à reintegração de mulheres em situação de risco pessoal e social ao circuito produtivo. Tem duração de nove meses e trabalha a reinserção da mulher no mercado de trabalho através da capacitação e do auxílio psicológico, recuperando a auto-estima e a capacidade de exercício da cidadania. Após a incubadora, a mulher tem acesso a uma linha de crédito especial que permite que as mesmas coloquem em prática o que aprenderam durante o projeto.

### 2.2.3 ESCOLA COMUNITÁRIA DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA (PALMATECH) E O ESTÍMULO AO CAPITAL SOCIAL

De acordo com Melo Neto e Magalhães (2007, p. 76) a Palmatech:

É um espaço, localizado na sede da Associação, que oferece oficinas e cursos variados na área de capacitação profissional, gestão de empresas solidárias, criação de redes e instrumentos de Economia Solidária enfatizando a cultura da cooperação. A escola é encarregada pela gestão do conhecimento do Banco Palmas, elaborando materiais pedagógicos, publicações e relatórios.

O objetivo da Palmatech é transmitir por meio da capacitação as diversas práticas da economia solidária e desenvolver pedagogias de sensibilização para a cultura da solidariedade, além de difundir a metodologia e os produtos do bairro junto com a estratégia do Palmas de combate à pobreza com o desenvolvimento local (MELO NETO; MAGALHÃES, 2007, p.76). Esta e outras iniciativas do Banco podem ser vistas então como instrumentos de aprimoramento do capital social, pois de acordo com Albagli; Maciel (2002, p. 15):

Capital social contribui para o processo de aprendizado, por meio das interações informais ou deliberadamente estruturadas. O processo de interação e mudança em uma comunidade é também um processo de aprendizado, que simultaneamente resulta de e constrói capital social. Aprendizado e mudança levam a melhores resultados se são capazes de usar o conhecimento e as habilidades dos membros da comunidade de um modo integrado.

Esta busca pela integração social também pode ser vista nas cooperativas de crédito. De acordo com Junqueira; Abramovay(2005, p. 12):

O laço social construído de maneira durável entre a cooperativa de crédito e os associados será determinante no cumprimento da missão institucional. A identificação das redes sociais e dos entrelaçamentos de convergência de informações para essas redes constitui uma dimensão fundamental da atividade dos dirigentes da cooperativa. O desenvolvimento da cordialidade ou da intimidade nas relações interpessoais, a troca de informações baseada em recomendações e a participação na vida social da comunidade visam a inscrever as relações comerciais num contexto estratégico de trocas sociais.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 QUANTO AOS FINS E AOS MEIOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, pois tem por objetivo gerar conhecimento sobre a influência do Banco Palmas na qualidade de vida de seus participantes podendo, posteriormente, facilitar a aplicação prática de ações de melhoria na qualidade de vida de moradores de outras comunidades.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva. Medeiros (2000, p.33) conceitua esse tipo de pesquisa como: “[...] estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador [...]”.

A abordagem do problema foi feita de forma qualitativa e quantitativa. A parte qualitativa constitui-se de entrevistas e discussões realizadas com pessoas envolvidas com o banco. A parte quantitativa, que para Martins e Theóphilo (2007, p. 103) “é: organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”, compõe-se de um levantamento sistemático de dados por meio de questionários.

Quanto aos procedimentos técnicos foram empregados a pesquisa bibliográfica, documental e o levantamento de dados (*survey*). Conforme define Martins e Theóphilo (2007, p. 54): “Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir o assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas [...] etc. [...] visando a construção da plataforma teórica do estudo.”. A pesquisa documental, de acordo com Pedron (2003, p. 134), “[...] vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa.”. Os levantamentos de dados, segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 60), “são próprios para os casos em que o pesquisador deseja responder a questões acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem em situações naturais.”.

#### 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo desta pesquisa é determinado pela população estimada do Conjunto Palmeiras que é de cerca de 30.000 habitantes.

Trata-se de uma amostra não probabilística acidental onde se decidiu pela aplicação de 400 questionários estruturados (1,3% da população estimada) com questões fechadas, dicotômicas e de múltipla escolha. Tal técnica de amostragem, embora não possa produzir resultados generalizáveis para toda a população, permite a coleta de dados sistemáticos que fornecem uma boa indicação do possível comportamento da população. É caracterizada por uma escolha dos sujeitos feita de acordo com a conveniência e limitações do pesquisador (MATTAR, 1999, p. 271). Esta técnica foi selecionada devido à escassez de tempo, aos elevados custos de deslocamento devido à longa distância de Brasília, e à falta de segurança no local que limitava os momentos e locais de abordagem da população local.

#### 3.3 VARIÁVEIS A SEREM EXAMINADAS

Conforme mencionado anteriormente, o estudo realiza o teste da hipótese inicial utilizando três variáveis, representando as seguintes dimensões que representam aspectos da qualidade de vida dos moradores: o desenvolvimento econômico; a infra-estrutura disponível; e o capital social.

As seguintes variáveis proxy foram selecionadas para representar essas três dimensões:

- Desenvolvimento econômico: Distribuição da renda.
- Infra-estrutura disponível: Tipo de moradia; composição da construção das residências; e condições de higiene e saneamento.
- Capital Social: Apoio em emergências; participação em reuniões; e acesso a reuniões.

## 4 PESQUISA

### 4.1 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados se deu em cinco visitas ao Conjunto Palmeiras que ocorreram nos dias 3, 8, 9, 10 e 11 de dezembro de 2008.

O dia 3 foi dedicado a uma primeira etapa de pré-testes para verificar o entendimento do questionário e correção das fragilidades encontradas. Foram aplicados 190 questionários nessa primeira etapa.

A partir do dia 8, após corrigido e aperfeiçoado o questionário, realizou-se a aplicação de 407 questionários, dos quais 405 válidos. A etapa do levantamento contou com o apoio de duas estudantes universitárias contratadas e treinadas como entrevistadoras: uma aluna do sétimo semestre do curso de fonoaudiologia e uma aluna do quinto semestre do curso de direito, ambas da Universidade de Fortaleza.

Dos questionários válidos, 257 foram aplicados a mulheres e 148 a homens. Deste total, 100 eram clientes (24,7% da amostra) e 305 não-clientes (75,3% da amostra).

### 4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A análise dos dados foi feita comparando-se as diferenças entre os números obtidos pelos clientes e pelos não-clientes do Banco Palmas

#### 4.2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os bancos comunitários propõem uma espécie de oposição ao capitalismo excludente, desbloqueando o acesso dos mais pobres ao crédito e permitindo a estes a possibilidade de ganhos através de uma cadeia sustentável. A principal base da iniciativa é o microcrédito que teoricamente gera condições de sair da miséria aos que dele participam. Para a análise da influência do banco na renda dos clientes utilizamos o Índice de Gini que, de acordo com Soares (2008, p. 5), é “Uma das medidas clássicas de desigualdade de renda mais utilizadas [...] sendo esta uma maneira apropriada e concisa de calcular o grau relativo de desigualdade na curva de Lorenz”.

De acordo com Hoffman (1998 apud SOARES 2008, p. 5):

[...] o índice de Gini pode ser calculado com base na fórmula abaixo:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\varphi_i + \varphi_{1-i})$$

Onde G é o índice de Gini, n é o tamanho da amostra e  $\varphi$  é a razão da renda individual pela renda total da distribuição. O índice de Gini varia de zero

(quando há perfeita igualdade na distribuição de renda) até um (quando há perfeita desigualdade na distribuição de renda).

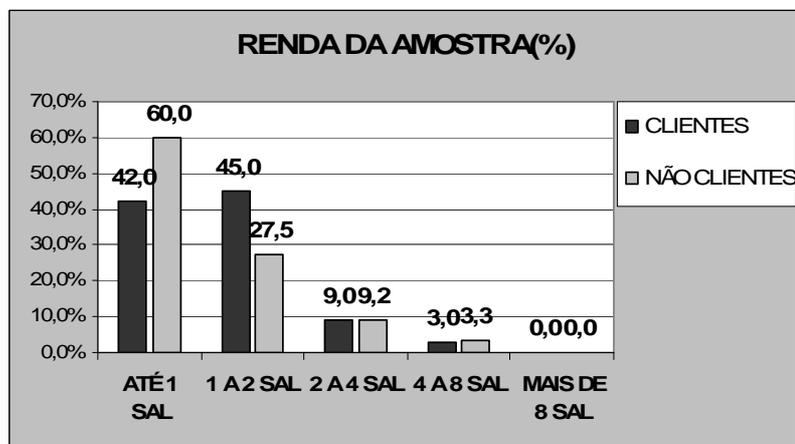


Gráfico 1 – Distribuição dos percentuais de clientes e não-clientes segundo o nível de renda

Para o levantamento da renda foram utilizados valores múltiplos de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) valor do salário mínimo do período de acordo com a lei 11.709/2008 de 19 de junho de 2008.

Os dados da distribuição de renda do Gráfico 1 foram usados para o cálculo do índice de Gini com os seguintes resultados: Clientes: 0,555; Não-clientes: 0,6045. O Índice de Gini dos clientes é menor, ou seja, os clientes têm uma renda mais igualitária do que os não-clientes, sugerindo que o Banco influencia a distribuição de renda dos seus participantes.

#### 4.2.2 INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL

Nesta parte foram analisadas comparativamente as diferenças nas condições em que vivem os clientes e não-clientes no que tange às condições de moradia, higiene e infraestrutura local.

Em relação ao Gráfico 2, embora haja uma proporção levemente maior de clientes com casa própria, a pequena diferença não é significativa. A grande proporção de pessoas com residência própria deve-se ao fato de o Conjunto Palmeiras ser o resultado da transferência de moradores de outras regiões através de programas do governo que, em troca da relocação, forneciam um lote.

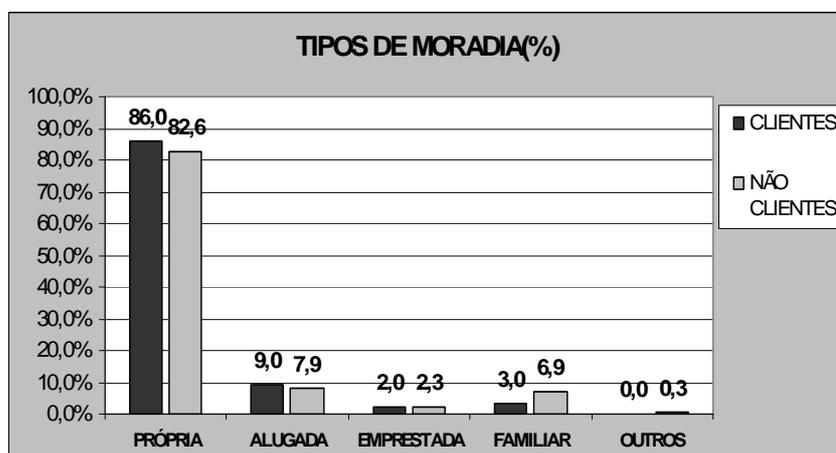


Gráfico 2 – Distribuição dos percentuais de clientes e não-clientes segundo o tipo de moradia

Com relação ao acabamento das residências, o Gráfico 3 mostra uma proporção maior de clientes residindo em moradias melhor acabadas.

O Gráfico 4 mostra que o conjunto Palmeiras oferece a ambos, clientes e não-clientes, praticamente as mesmas condições de higiene e saneamento, embora possa-se notar que há um maior número de clientes do Banco que consomem água tratada.

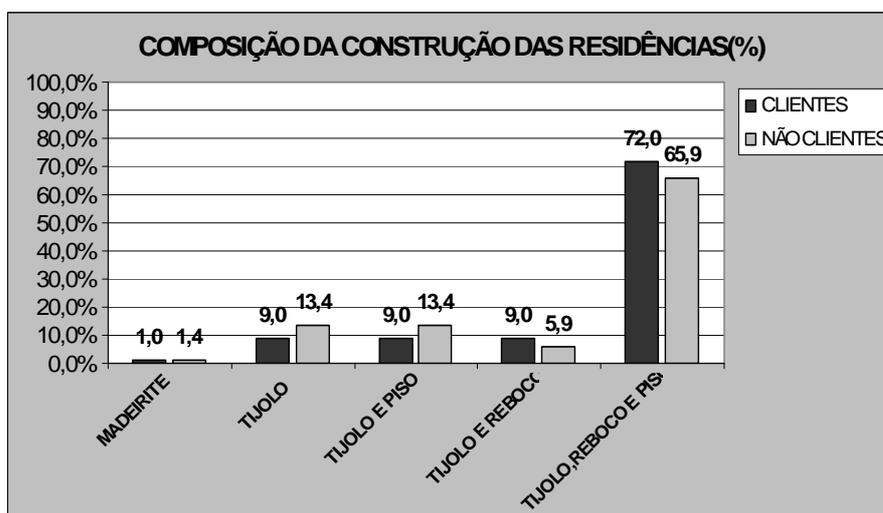


Gráfico 3 – Distribuição dos percentuais de clientes e não-clientes segundo a composição da construção das residências

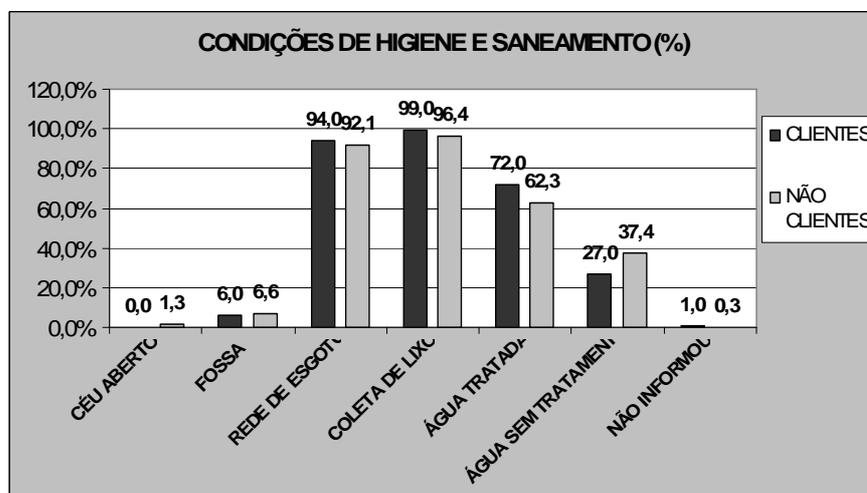


Gráfico 4 – Distribuição dos percentuais de clientes e não-clientes segundo as condições de higiene e saneamento

#### 4.2.3 CAPITAL SOCIAL

Putnam (1993b apud ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 8) define capital social como, “traços da vida social -- redes, normas e confiança -- que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns.”.

Dentre as inúmeras formas de análise do capital social optou-se pela observação da confiança dos moradores na comunidade e do seu entrosamento com a mesma através da participação nas reuniões da associação de moradores e nas opções de lazer disponíveis na comunidade.

De acordo com o Gráfico 5, pode-se observar que os clientes do Banco confiam mais no apoio da comunidade em casos de emergência do que os não-clientes, o que nos sugere que o Banco estimula o capital social local através da confiança entre os moradores.

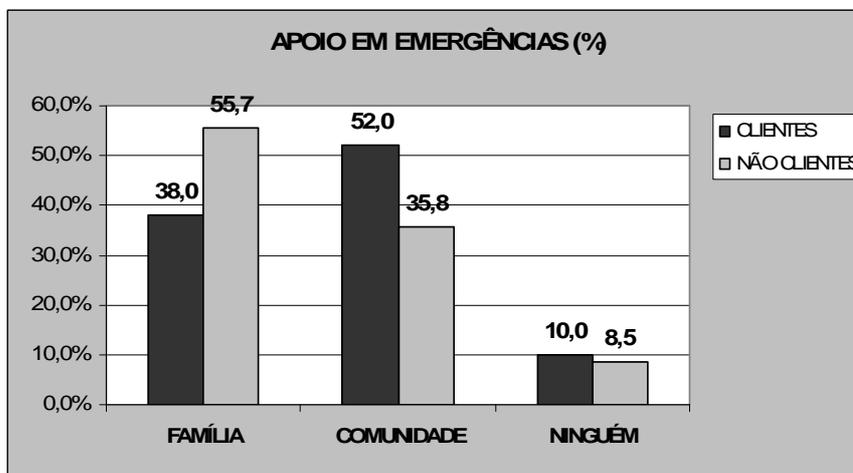


Gráfico 5 – Distribuição dos percentuais de clientes e não-clientes segundo apoio buscado em emergências

De acordo com o Gráfico 6 pode-se observar que os clientes freqüentam mais as reuniões promovidas pela associação de moradores do que os não-clientes. O Gráfico 7 mostra que os não-clientes são convidados e comunicados sobre o acontecimento destas reuniões em proporções bem menores o que sugere um melhor acesso dos clientes às informações sobre as reuniões.

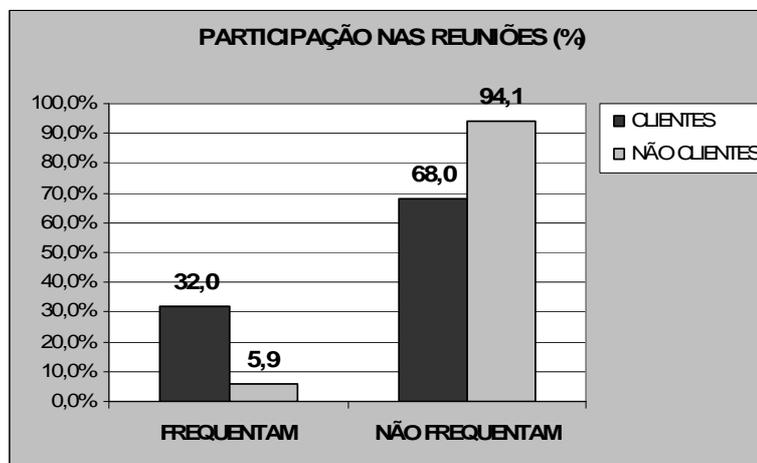


Gráfico 6 – Distribuição dos percentuais de clientes e não-clientes segundo sua participação nas reuniões da associação de moradores

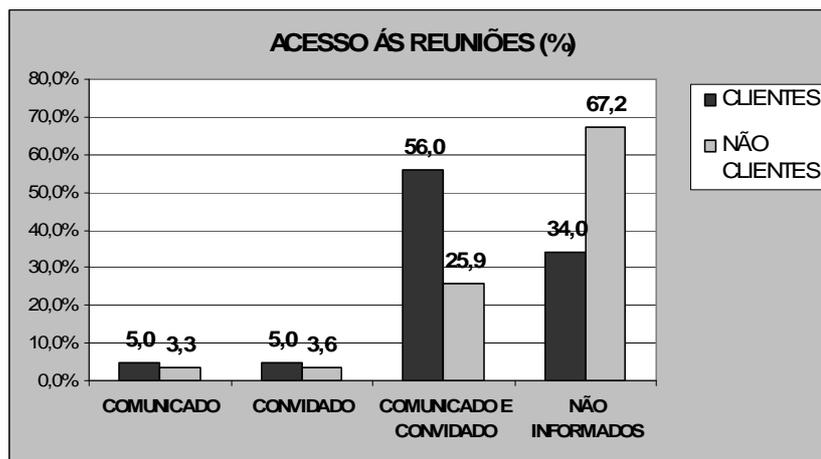


Gráfico 7 – Distribuição dos percentuais de clientes e não-clientes segundo acesso às reuniões da associação de moradores

## 5 CONCLUSÃO

A economia solidária como resposta à lógica excludente do capitalismo traz à tona, através da cooperação coordenada dos membros de comunidades carentes, novos modelos de gestão. Estes atuam como força contrária à miséria por meio da capacitação, do empoderamento, do estímulo ao capital social, do microcrédito entre outros a fim de melhorar a qualidade de vida nessas comunidades.

Através deste estudo pode-se observar que as pessoas que são membros do Banco Palmas possuem uma renda mais igualitária, como demonstrada através do índice de Gini cujos resultados foram: clientes-0,555 e não-clientes-0,6045. Pode-se também observar que os participantes do Banco Palmas moram melhor. Finalmente, os clientes tendem a ter um melhor acesso às informações difundidas no bairro, tendem a ser mais participativos nas atividades da comunidade destacando-se a diferença de 26% na frequência às reuniões da associação de moradores. Também confiam mais na comunidade, caracterizando a existência de um maior capital social entre seus membros.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital Social e empreendedorismo local. Disponível em: [http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt\\_count.php?projeto=nt33&cod=24](http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=nt33&cod=24) Acessado em: 07 de novembro de 2008.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. Tecnologia & Solidariedade: notas introdutórias de uma discussão possível. Bahia Análise & Dados, v. 14, n. 4, p. 719-731, mar. 2005.

FRANÇA FILHO, G.C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. In: V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE, 2006, 2-5 maio PUC-RS - Porto Alegre. Anais eletrônicos. Disponível em [http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa06\\_genauto.pdf](http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa06_genauto.pdf). Acessado em 15 de outubro de 2008.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em: <http://www.rau.edu.uy/universidad/extension/proasoc/refbiblo/econsol.pdf>. Acessado em: 15 de setembro de 2008

- JUNQUEIRA, R. G. P.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. *Revista de Administração da Usp*, v. 40, n. 1, p. 19-33, jan./mar. 2005
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.
- MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MELO, H. A. Economia solidária e a reconstituição das alternativas de sobrevivência. *Bahia Análise & Dados*, v. 14, n. 3, p. 521-534, dez. 2004.
- MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.
- MELO NETO, J. J. Relembrando nossa história. *Bahia Análise & Dados*, v. 12, n. 1, p. 141-148, jun. 2002.
- PEDRON, A. J. Metodologia científica: auxiliar do estudo. 4. ed. Brasília: Edição do Autor/Scala Gráfica e Editora, 2003.
- ROCHA, A. D. et al. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? *Ciência Saúde Coletiva(online)*, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2000.
- SINGER, P. Economia Solidaria: possibilidades e desafios. *Proposta*, n. 88/89, p.44-58, mar./ago. 2001.
- \_\_\_\_\_. As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. *Proposta*, n. 97, p.44-58, jun./ago. 2003.
- SOARES, W. R. F. Desigualdade de renda no Ceará: uma análise a partir do emprego formal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu-MG. Artigo. ABEP, 2008. 12 p.
- TOSCANO, I. O “Banco” Palma\$: uma experiência de economia solidária. Disponível em: [http://www.polis.org.br/obras/arquivo\\_28.pdf](http://www.polis.org.br/obras/arquivo_28.pdf). Acessado em: 13 de outubro de 2008.
- YUNUS, M.; JOLIS, A. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ed. Ática, 2007.